

Intelectuais: Uma crítica marxista aos pós-marxistas*

James Petras**

Resumo

O presente artigo aborda os principais itens que o autor considera ser a ideologia dos intelectuais pós-marxistas e crítica do ponto de vista marxista, indicando a contemporaneidade desta última.

Introdução

“O pós-marxismo” se tomou uma postura intelectual em moda com o triunfo do neoliberalismo e o refluxo da classe trabalhadora. O espaço deixado pela esquerda reformista tem sido ocupado em parte pelos políticos e ideólogos capitalistas, tecnocratas e as igrejas tradicionais e fundamentalistas (o Vaticano e as pentecostais). No passado este espaço foi ocupado pelos políticos socialistas, nacionalistas e populistas, e pelos ativistas da igreja ligados à “teologia da libertação”. A centro-esquerda era muito influente no interior dos regimes políticos (na cúpula) ou das classes populares menos politizadas (na base). O espaço vago da esquerda radical se refere aos intelectuais políticos e aos setores politizados dos sindicatos, dos movimentos sociais urbanos e rurais. É entre essas classes que o conflito entre marxismo e “pós-marxismo” é mais intenso hoje.

* PETRAS, James (1996) *Intellectuals: a Marxist critique of Pos-Marxist*, mimeo. Tradução: Jair Pinheiro (sociólogo e doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP, professor da Universidade Cruzeiro do Sul) e Lúcio Flávio de Almeida (professor do Depto. de Política da PUC/SP), ambos membros do NEILS.

** Professor do Departamento de Sociologia da Binghamton University, NY, EUA.

Criados e, em muitos casos, subsidiados pelas principais instituições financeiras e agências governamentais promotoras do neoliberalismo, emergiu um grande número de organizações “sociais” cuja ideologia, vinculações e práticas estão em conflito e competição direta com a teoria e a prática marxistas. Essas organizações, que na maioria dos casos se descrevem como “não-governamentais” ou como “centros independentes de pesquisa”, têm estado ativas na propagação de práticas e ideologias políticas que são compatíveis e complementares à agenda neoliberal dos seus financiadores. Este ensaio procederá à descrição e crítica dos componentes das ideologias delas e, portanto, se dedica a descrever as atividades e não-atividades das mesmas, contrastando-as com as abordagens e os movimentos de base classista. A isto seguir-se-á uma discussão sobre as origens do “pós-marxismo” e sua evolução e futuro em relação ao declínio e possível retorno do marxismo.

Componentes do pós-marxismo

Os propositores intelectuais do pós-marxismo, na maioria dos casos, são “ex-marxistas” cujo ponto de partida é uma “crítica” ao marxismo, e a elaboração de contrapontos para cada proposição básica do mesmo, como base para a tentativa de apresentar uma teoria alternativa ou, no mínimo, uma linha de análise plausível. É possível, para mais ou para menos, sintetizar os dez principais argumentos que são usualmente encontrados no discurso pós-marxista.

1) O socialismo foi um fiasco e todas as “teorias gerais” das sociedades estão condenadas a repetir este processo. As ideologias são falsas (exceto o pós-marxismo!) porque elas refletem um mundo de pensamento dominado por um sistema cultural particular, de gênero/raça.

2) A ênfase marxista sobre as classes sociais é “reducionista” porque as classes estão se dissolvendo; os princípios políticos pontos de partida são culturais e enraizados em identidades diversas (raça, gênero, etnia, preferência sexual).

3) O Estado é o inimigo da democracia e da liberdade, um corrupto e ineficiente distribuidor de bem estar social. Por sua vez, a “sociedade civil” é a protagonista da democracia e dos melhoramentos sociais.

4) O planejamento central leva à burocracia e é um produto dela que atrapalha a livre troca de mercadorias entre produtores. Feiras e mercado trocam, talvez com regulamentações limitadas, levando-se em conta maior consumo e distribuição mais eficiente.

5) A tradicional luta da esquerda pelo poder de Estado é corruptora e leva a regimes autoritários que, então, subordinam a sociedade civil ao seu controle. As lutas locais sobre questões locais por organizações locais são o único meio democrático de mudança, a par de petições e pressões sobre autoridades nacionais e internacionais.

6) As revoluções sempre terminam muito mal ou são impossíveis: as transformações sociais ameaçam provocar reações autoritárias. A alternativa é lutar por uma transição democrática consolidada, para salvaguardar os processos eleitorais.

7) A solidariedade de classe é parte das ideologias passadas, que refletem políticas e realidades primitivas. As classes não existem mais. Existem “locais” fragmentados nos quais grupos específicos (identidades) e localidades se engajam em relações recíprocas de auto-ajuda pela sobrevivência” baseada na cooperação com apoiadores externos. A solidariedade é um fenômeno extraclasse, é um gesto humanitário.

8) As lutas e confrontações de classes não produzem resultados tangíveis; e provocam fracassos e falhas na solução de problemas imediatos. Governo e cooperação internacional em torno de projetos específicos resultam em incremento na produção e no desenvolvimento.

9) O antiimperialismo é outra expressão do passado que tem sobrevivido ao seu tempo. Na atual economia globalizada não há possibilidade de confronto entre centros econômicos. O mundo é crescentemente interdependente e, neste mundo, há uma necessidade de maior cooperação internacional na transferência de capital, tecnologia e *know-how* dos países “ricos” para os “pobres”.

10) Os líderes das organizações populares não devem ser orientados exclusivamente para organizar os pobres e partilhar suas condições. A mobilização interna deve estar baseada em fundos externos. Os profissionais devem elaborar programas e assegurar fundos externos para organizar os grupos locais. Sem ajuda externa, os grupos locais e as carreiras profissionais soçobriariam.

Crítica à ideologia pós-marxista

Os pós-marxistas têm, assim, uma análise, uma crítica e uma estratégia de desenvolvimento - em uma palavra, uma grande ideologia geral, o que eles, supostamente, condenam quando discutem o marxismo. Além disso, é uma ideologia que falha ao identificar as crises do capitalismo (estagnação prolongada, pânico financeiro periódico, etc.) e as contradições sociais (desigualdades e polarizações sociais) em nível nacional e internacional, que se

impõem aos problemas específicos locais para os quais os pós-marxistas se voltam. Por exemplo, as origens do neoliberalismo (o meio econômico, político e social no qual os pós-marxistas atuam) é um produto do conflito de classes. Setores específicos do capital, associados ao Estado e ao modelo derrotado imposto como império das classes populares. Uma perspectiva não-classista não consegue explicar as origens do mundo social no qual os pós-marxistas operam. Além disso, o mesmo problema emerge na discussão sobre as origens dos pós-marxistas - a própria biografia deles reflete a brusca e radical mudança no poder, nos níveis nacional e internacional, nas esferas econômica e cultural, limitando o espaço e os recursos em que o marxismo operou enquanto iam aumentando as oportunidades e os fundos para os pós-marxistas. As origens sociológicas do pós-marxismo estão embutidas na mudança e distanciamento do poder político da classe trabalhadora para o capital exportador.

Passemos, agora, da crítica da sociologia do conhecimento e sua visão teórica genericamente inconsistente, para a discussão das proposições específicas da ideologia pós-marxista.

Começemos com a noção deles de “fracasso do socialismo” e a de “fim das ideologias”. O que se quer dizer com “fracasso do socialismo”? O colapso da URSS, dos regimes comunistas do leste europeu? Primeiro, isto é apenas um conceito particular de socialismo. Em segundo lugar, mesmo neste caso não está claro o que é que fracassou - o sistema político, o sistema sócio-econômico? O recente retorno de eleições na Rússia, Polônia, Hungria e muitas outras das ex-repúblicas soviéticas sugere que a maioria dos eleitores prefere um retorno de aspectos do passado de programas e práticas econômicas de bem-estar social. Se a opinião popular nos países ex-comunistas é um indicador de “fracasso”, os resultados não são definitivos. Entretanto, se com “fracasso do socialismo” os pós-marxistas querem dizer o declínio no poder da esquerda, devemos insistir na distinção entre “fracasso” devido a inadequações internas das práticas socialistas, daquelas derrotas político-militares para agressores externos. Ninguém diria que a destruição das democracias da Europa ocidental por Hitler foi um “fracasso da democracia”. As intervenções dos regimes capitalistas terroristas e/ou dos EUA no Chile, Argentina, Bolívia, Uruguai, República Dominicana, Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Angola, Moçambique, Afeganistão desempenharam papel fundamental no “declínio” da esquerda revolucionária. Derrotas militares não são fracassos do sistema econômico e não dizem respeito à efetividade das experiências socialistas. Além disso, quando analisamos as realizações internas durante períodos de relativa estabilidade socialista ou de governo popular, por meio de muitos indicadores sociais, os resultados são, de longe, mais favoráveis do que aqueles obtidos posteriormente: participação popular, saúde, educação e crescimento

eqüitativo sob Allende, favoravelmente comparados aos obtidos posteriormente com Pinochet. Os mesmos indicadores sob os sandinistas são favoravelmente comparados aos obtidos pelo regime de Chamorro na Nicarágua. A reforma agrária e as políticas de direitos humanos do governo Arbenz são favoravelmente comparados à política do governo instalado pela CIA de concentração fundaria e 150 mil assassinatos.

Hoje, embora seja verdadeiro que os neoliberais governam e os marxistas estão fora do poder, dificilmente haverá um país no hemisfério ocidental onde os marxistas ou socialistas influenciando os movimentos de massa não estejam liderando as principais demonstrações de desafios às políticas e aos regimes neoliberais. No Paraguai, Uruguai e Bolívia, greves gerais bem sucedidas, no México grande movimento de camponeses e guerrilha indígena, no Brasil movimento de trabalhadores sem terra, todos recebem influência marxista.

As experiências de socialismo fora do bloco comunista foram essencialmente democráticas, as forças populares asseguraram-lhes o principal apoio porque elas representavam interesses livremente decididos. Os pós-marxistas confundem comunismo soviético com movimentos socialistas democráticos revolucionários e enraizados nas bases da América Latina. Eles confundem derrota militar com fracasso político da esquerda, aceitando o amálgama neoliberal de dois conceitos opostos. Finalmente, mesmo no caso do comunismo do Leste, eles falham ao observar a natureza dinâmica e a mudança do comunismo. A popularidade crescente de uma nova síntese socialista de propriedade social, programas de bem-estar, reforma agrária, e conselhos democráticos estão baseadas em novos movimentos político-sociais.

Neste sentido, a visão pós-marxista de “fim das ideologias” não é apenas incoerente com seu próprio pronunciamento ideológico, mas também com o contínuo debate ideológico entre marxistas passados e presentes, e com o atual debate e confronto com os neoliberais e seu afloramento pós-marxista.

A dissolução das classes e a emergência da identidade

Os pós-marxistas atacam a noção marxista de análise de classe a partir de várias perspectivas. Por um lado, eles declaram que ela obscurece as identidades culturais de igual ou maior importância (gênero, etnia). Eles acusam os analistas de classe de “reducionistas econômicos” e de fracassar ao explicar as diferenças de gênero e de etnia no interior das classes. Eles, então, argumentam que estas “diferenças” definem a natureza da política contemporânea. A segunda linha de ataque sobre a análise de classe parte da visão de que classe é uma construção meramente intelectual - é

essencialmente um fenômeno subjetivo que é culturalmente determinado. Conseqüentemente, não há “interesse objetivo de classe” que divide a sociedade, pois os “interesses” são puramente subjetivos e cada cultura define preferências individuais. A terceira linha de ataque argumenta que grandes transformações na economia e na sociedade eliminaram as velhas distinções de classes. Na sociedade pós-industrial, argumentam alguns pós-marxistas, a fonte de poder está nos novos sistemas de informação, nas novas tecnologias e naqueles que os administram e controlam. A sociedade, segundo esta visão, está evoluindo para uma nova ordem na qual os trabalhadores industriais estão desaparecendo em duas direções: para cima, rumo à “nova classe média” da alta tecnologia e, para baixo, rumo à “subclasse” marginal.

Os marxistas nunca negaram a importância das divisões de gênero, de raça e de etnia no interior das classes. O que eles têm enfatizado, entretanto, é o sistema social mais amplo que gera estas diferenças e a necessidade de reunir as forças de classes para eliminar todas essas desigualdades, em todos os pontos: trabalho, vizinhança, família. A maioria dos marxistas se opõe à idéia de que desigualdades de gênero e raça possam e devam ser analisadas e solucionadas fora do quadro de referência de classe: que a latifundiária, com empregados e riqueza, tem uma “identidade” essencial com as camponesas que estão empregadas com salários de fome. Que os burocratas indígenas dos governos neoliberais têm uma “Identidade” comum com os camponeses indígenas que foram expulsos de suas terras pelos programas econômicos do livre mercado. Por exemplo: a Bolívia tem um vice-presidente indígena governando uma massa presa às plantações de cacau de fazendeiros indígenas. Identidades políticas, no sentido de consciência sobre uma forma particular de opressão por um grupo imediato pode ser um ponto adequado de partida. Este entendimento, entretanto, tornar-se-á uma “identidade” prisão (de raça ou de gênero), isolado de outros grupos sociais explorados, a menos que transcenda os pontos imediatos de opressão e confronte o sistema social no qual ela está embutida. E isso exige uma análise de classe mais abrangente da estrutura do poder social que preside e define as condições específicas e gerais das desigualdades.

O essencialismo das identidades políticas isola os grupos em grupos competitivos incapazes de transcenderem o universo político-econômico que define e confina o pobre, os trabalhadores, os camponeses, os empregados. A política de classe é o terreno no interior do qual se confrontam “identidades políticas” e transformam as instituições que sustentam as desigualdades de classes e outras.

As classes não se constituem por atos subjetivos: elas são organizadas pela classe capitalista para se apropriar de valor. Conseqüentemente, a noção de que classe é uma idéia subjetiva depende da circunstância, lugar e percepção que confundem classe e consciência de classe. Enquanto a primeira

tem estatuto objetivo, a segunda é condicionada por fatores sociais e culturais. A consciência de classe é uma construção social que, entretanto, não a torna menos “real” e importante na história. Embora as formas e expressões sociais da consciência de classe variem, ela é um fenômeno recorrente por toda a história e na maior parte do mundo, mesmo quando ela é obscurecida por outras formas de “consciência” em diferentes momentos (i.e., de raça, de gênero, de nacionalidade) ou combinadas com elas (nacionalismo e consciência de classe).

É óbvio que existem grandes mudanças na estrutura de classe, mas não na direção que os pós-marxistas apontam. As principais mudanças têm reforçado as diferenças e exploração de classe, mesmo quando a natureza e as condições das classes exploradas e exploradoras tenham se alterado. Existem mais trabalhadores temporários hoje do que no passado. Existem muito mais trabalhadores empregados no mercado de trabalho desregulamentado (o assim chamado setor informal, hoje) do que antes. A questão da exploração desregulamentada não configura um sistema que “transcende” o capitalismo passado: ela é o retorno a formas de exploração do trabalho do século XIX. O que exige novas análises é o capitalismo após o Estado de bem-estar populista ter sido demolido. Isto significa que os papéis complexos dos Estados e dos partidos que mediava a relação entre capital e trabalho foram substituídos por instituições estatais mais clara e diretamente vinculadas à classe capitalista dominante. O neoliberalismo é um poder estatal de classe não mediado. Quaisquer que sejam os “múltiplos determinantes” do comportamento do Estado e do regime no passado recente, hoje o modelo neoliberal de acumulação depende mais diretamente de controle estatal centralizado, horizontalmente vinculados aos bancos internacionais para que estes recebam o pagamento das dívidas e para que o setor exportador obtenha ganhos no comércio internacional. As amarras verticais ao cidadão como sujeito e os vínculos primários ocorrem através de um aparato estatal repressivo e para-estatal “ONGs” que atenua as explosões sociais.

O desmonte do Estado de bem-estar social significa que a estrutura social está mais polarizada: entre servidores públicos desempregados da saúde, educação e seguridade social, por um lado, e, por outro, profissionais bem pagos vinculados às corporações multinacionais, ONGs e outras instituições com financiamento externo, vinculadas ao mercado mundial e aos centros de poder político. A luta hoje não é apenas entre classes fabris, mas entre o Estado e as classes lançadas às ruas e ao mercado, desprovidas de empregos fixos e forçadas a produzir e vender, e suportar os custos da própria reprodução social. A integração ao mercado mundial pelas elites exportadoras e pequenos e médios compradores (importadores de mercadorias eletrônicas, funcionários de hotéis e colônias de férias) tem sua contrapartida na

desintegração da economia interna: indústria local, minifúndios, com o conseqüente deslocamento dos produtores para as cidades e para além-mar.

A importação de mercadorias de luxo para a alta classe média está baseada em ganhos obtidos pelo trabalho “exportado” dos pobres. Os nexos da exploração começam no empobrecimento interno, no desenraizamento dos camponeses e a migração deles para as cidades e para além-mar. A renda obtida pelo “trabalho exportado” fornece a moeda forte para financiar as importações e os projetos de infraestrutura neoliberais para promover as exportações domésticas e externas e os negócios turísticos. A cadeia da exploração tem muitos circuitos. Porém, ela ainda está localizada, em última instância, na relação entre capital e trabalho. Na era do neoliberalismo, a luta para recriar a “nação”, o mercado nacional, a produção e o comércio nacional é novamente uma demanda histórica básica. Exatamente o crescimento do emprego desregulamentado (informal) exige um poderoso investimento público e centro regulador que gere emprego formal com condições sociais de vida. A análise de classe precisa ser adaptada à dominação não mediada do capital em um mercado de trabalho desregulamentado com vínculos internacionais, no qual as políticas reformistas redistributivas do passado têm sido substituídas pelas políticas neoliberais de reconcentração de renda e de poder no topo da pirâmide social. A homogeneização e mobilidade descendente de vastos setores de trabalhadores e de camponeses, primeiramente, no mercado de trabalho regulamentado, gera um grande e potencial objetivo para a ação revolucionária unificada. Em uma palavra, há uma identidade de classe comum que forma o terreno para organizar as lutas dos pobres.

Em resumo, ao contrário do que argumentam os pós-marxistas, a transformação do capitalismo tornou a análise de classe mais relevante do que nunca.

O desenvolvimento tecnológico exacerbou as diferenças de classes, em lugar de aboli-las. As indústrias de micro-chips e aquelas que incorporam os novos chips não eliminaram a classe trabalhadora. Ao contrário, mudaram o lugar das atividades e o modo de produzir no interior do processo contínuo de exploração. A nova estrutura de classe resultante combina as novas tecnologias para controlar melhor as formas de exploração. A automação de alguns setores aumenta o tempo de trabalho em linha; as câmeras de TV aumentam a vigilância sobre os trabalhadores, enquanto diminui o staff administrativo; “nos círculos de qualidade” trabalhadores pressionam trabalhadores a aumentar a auto-exploração sem aumento de ganho ou poder. A “revolução tecnológica” é, em última instância, moldada pela estrutura de classe da contra-revolução neoliberal. Os computadores levam em consideração os negócios agrícolas para controlar os custos e o volume dos pesticidas, mas eles são, também, a razão dos reduzidos ganhos dos

trabalhadores temporários que borrifam os pesticidas e são envenenados. As redes de informação estão vinculadas, estendendo o trabalho aos grupos domiciliares ou às *sweatshop* (a economia informal), para a produção de têxteis, calçados, etc.

A chave para entender este processo de desenvolvimento combinado e desigual de tecnologia e trabalho é a análise de classe e em, seu interior, gênero e raça.

O Estado e a sociedade civil

Os pós-marxistas pintam um quadro unilateral do Estado. O Estado é descrito como uma enorme burocracia ineficiente que saqueou o tesouro público e deixou os pobres e a economia falidos. Na esfera política, o Estado foi a fonte de governos autoritários e decisões arbitrárias, atrapalhando o exercício da cidadania (democracia) e a livre troca de mercadorias (“o mercado”). Por outro lado, os pós-marxistas consideram que a 'sociedade civil' foi a fonte da liberdade, dos movimentos sociais, da cidadania. Fora deste quadro, em uma sociedade civil ativa sobreviria uma economia dinâmica e eqüitativa. O que é estranho acerca desta ideologia é sua particular capacidade de ignorar cinquenta anos de história. Na ausência de investimentos privados e devido às crises econômicas (crise mundial dos anos 30, a guerra nos anos 40, etc.), o setor público foi instrumento necessário ao estímulo à industrialização. Em segundo lugar, o crescimento da alfabetização e dos serviços básicos de saúde foi, amplamente, uma iniciativa pública.

Em um século e meio de livre empresa, do século XVIII aos anos 30 deste, a América Latina sofreu os sete flagelos bíblicos enquanto a mão invisível do mercado assistia: genocídio, fome, doenças, tirania, dependência, desterro e exploração.

O setor público cresceu como reação a estes problemas e se desviou das suas funções públicas no grau em que foi apropriado privadamente pelas elites políticas e empresariais. A “ineficiência do Estado” é o resultado de seu direcionamento para ganhos privados - ou subsidiando interesses empresariais (através de baixos custos de energia) ou fornecendo emprego a apoiadores políticos. A ineficiência do Estado está diretamente relacionada à sua subordinação aos interesses privados. Os abrangentes programas de saúde e educação do Estado nunca foram adequadamente substituídos pela economia privada, pela igreja ou pelas ONGS. Tanto o setor privado quanto a igreja, a educação e as clínicas com fundos privados servem a uma minoria rica. As ONGS, no melhor dos casos, fornecem cuidados e educação a grupos limitados, no curto prazo, em circunstâncias locais dependentes dos caprichos e interesses dos doadores estrangeiros.

Como uma comparação sistemática indica, os pós-marxistas leram errado o registro histórico: eles se deixaram cegar pela própria retórica antiestatista, no que diz respeito às realizações positivas do setor público comparadas às do privado.

O argumento de que o “Estado” é a fonte do autoritarismo é e não é verdadeiro. Existem e existirão estados ditatoriais, mas a maioria tem pouco ou nada a ver com a propriedade pública, especialmente se isto significar a expropriação de negócios estrangeiros. A maioria das ditaduras tem sido antiestatista e pró-livre mercado, hoje, no passado e provavelmente serão no futuro.

Além disso, o Estado foi um importante apoiador da cidadania, promovendo a incorporação de setores explorados da população à política, reconhecendo direitos legítimos dos trabalhadores, negros, mulheres, etc. Os Estados forneceram a base para a justiça social, redistribuindo terra, renda, e recursos orçamentários em favor dos pobres.

Em uma palavra, precisamos ir além da retórica estatista/antiestatista para definir a natureza de classe do Estado e sua base de representação e legitimidade política. Os ataques a-sociais e a-históricos generalizados ao Estado são injustificados e servem apenas como instrumento político para desarmar os cidadãos frente ao livre mercado impedindo-os de forjar uma alternativa racional e efetiva ancoradas nas potencialidades criativas da ação pública.

A contraposição da “sociedade civil” ao Estado é também uma falsa dicotomia. Além disso, muito da discussão sobre a sociedade civil fecha os olhos para as contradições básicas que a dividem. A sociedade civil ou, mais precisamente, as classes líderes da sociedade civil, enquanto atacam o “estatismo” dos pobres, sempre fizeram dele o principal ponto de fortalecimento dos seus vínculos com o tesouro público e com os militares para promover e proteger a posição dominante delas na “sociedade civil”. Igualmente, as classes populares na sociedade civil quando se levantaram, buscaram quebrar o monopólio das classes dominantes sobre o Estado. Os pobres sempre procuraram os recursos estatais para fortalecer sua posição sócio-econômica em relação aos ricos. A questão é e sempre foi a relação das diferentes classes com o Estado.

Os ideólogos pós-marxistas que estão marginalizados do Estado pelos neoliberais fizeram da sua impotência uma virtude. Acriticamente, imbuindo-se de uma retórica de menos Estado a partir de cima, eles a transmitem para baixo. Os pós-marxistas tentam justificar seu veículo organizacional (as ONGS) para a mobilidade ascendente, com o argumento de que operam fora do Estado e na “sociedade civil”. Quando, de fato, elas são financiadas por governos estrangeiros para trabalhar com governos internos.

“A sociedade civil” é uma abstração de profundas clivagens sociais engendradas pela sociedade capitalista, divisões sociais que se aprofundaram sob o neoliberalismo. Há tantos conflitos no interior da sociedade civil, entre classes, quanto há entre “sociedade civil” e Estado. Apenas em momentos raros e excepcionais encontramos situações diversas. Sob estados fascistas ou autoritários que torturam, abusam e pilham a totalidade das classes sociais, encontraremos exemplos de uma dicotomia entre Estado e sociedade civil.

Pronunciar-se ou escrever sobre “sociedade civil” é tentar converter as distinções legais nas principais categorias para organizar a política. Assim fazendo, as diferenças entre classes são obscurecidas e a dominação de classes não é desafiada.

Contrapor o “cidadão” ao “Estado” é fechar os olhos para as profundos vínculos de certos cidadãos (as elites exportadoras, a alta classe média) com o Estado e a alienação e exclusão da maioria dos cidadãos (trabalhadores, desempregados, camponeses) do efetivo exercício de seus direitos sociais elementares. O cidadãos de elite, ao se utilizarem do Estado, esvaziam a cidadania de qualquer significado prático para a maioria, convertendo cidadãos em súditos. A discussão sobre a sociedade civil, assim como sobre o Estado, precisa especificar os contornos das classes sociais e as fronteiras impostas pela classe privilegiada. A maneira como os pós-marxistas utilizam o termo, como um conceito acrítico e indiferenciado, serve mais para obscurecer do que para revelar as dinâmicas das mudanças societárias.

Planejamento, burocracia e mercado

Não há dúvidas de que o planejamento central nos primeiros países comunistas foi 'burocrático'-autoritário na concepção e centralizado na execução. A partir desta observação empírica, os pós-marxistas argumentam que planejamento (central ou não) é, por natureza, antitético em relação às necessidades de uma economia complexa e moderna, com suas múltiplas demandas, milhões de consumidores, enorme fluxo de informação. Apenas o mercado pode fazer a mágica. A democracia e o mercado caminham juntos - outro ponto de convergência entre os “pós-marxistas” e os neoliberais. O problema com esta noção é que a maioria das instituições da economia capitalista prende-se ao planejamento central.

A General Motors, a Wal-Mart, a Microsoft, todas programam e planejam centralizadamente seus investimentos e gastos diretos para ampliar a produção e o mercado. Poucos, se algum, pós-marxistas voltam sua atenção crítica para estas empresas. Os pós-marxistas não encaram a questão da eficiência do planejamento central pelas corporações multinacionais ou a

compatibilidade dele com o sistema eleitoral competitivo, característico das democracias capitalistas.

O problema teórico é a confusão dos pós-marxistas entre o planejamento central, no seu sentido amplo, e uma variante particular histórico-política dele. Se aceitarmos que os sistemas de planejamento podem estar embutidos em uma variedade de sistemas políticos (autoritários ou democráticos), então é lógico que o controle contábil e a responsabilidade sobre o sistema de planejamento também variará.

Hoje, nas sociedades capitalistas, o orçamento Militar é parte dos gastos e planejamento estatal baseado em “comandos” aos produtores (e proprietários de capital) que reagem à sua própria maneira ineficiente de produzir e lucrar, por mais de cinquenta anos. Enquanto não “modelo” de planejamento, o ponto que precisa ser distinguido é que o planejamento estatal central não é um fenômeno restrito aos “sistemas comunistas”. Os defeitos são generalizados e encontrados também nas economias capitalistas. O problema em ambos os exemplos (Pentágono e comunismo) é a falta de controle democrático: a elite do complexo industrial- militar fixa a produção, os custos, a demanda e o suprimento.

A alocação central de recursos estatais é essencial na maioria dos países por causa das desigualdades regionais de suprimentos, imigração, produtividade e demanda por um produto ou riqueza de razão histórica. Apenas uma decisão tomada na esfera central pode redistribuir recursos para compensar as regiões menos desenvolvidas, classes, gêneros e grupos raciais adversamente afetados pelos fatores acima. Diversamente, o “mercado” tende a favorecer aqueles com vantagens históricas e suprimentos favoráveis, criando padrões polares de desenvolvimento, ou mesmo exploração inter-regional de classe e conflitos étnicos.

O problema fundamental do planejamento é a estrutura política que informa o processo de planejamento. Planejamentos oficiais eleitos e sujeitos a comunidades organizadas, grupos sociais (produtores, consumidores, jovens, mulheres, minorias raciais) alocarão recursos entre produção, consumo e reinvestimento de modo diferente daqueles efetuados pelas elites embutidas nos complexos industriais-militares.

Além disso, planejamento não significa especificação detalhada. O tamanho do orçamento social pode ser decidido nacionalmente por representantes eleitos e alocados segundo assembleias públicas nas quais os cidadãos podem votar em suas prioridades locais. Esta prática tem sido bem sucedida em Porto Alegre, no Brasil, ao longo de vários anos passados sob o governo municipal liderado pelo Partido dos Trabalhadores. A relação entre planejamento geral e local não está escrita nas pedras, nem devem os níveis de especificação de gastos e investimentos ser determinado nos “níveis mais

altos”. As alocações gerais para promover objetivos que beneficiem o país inteiro (infraestrutura, alta tecnologia, educação, etc.) são complementadas por decisões locais sobre subsídios a escolas, clínicas, centros culturais.

O planejamento é um instrumento chave na atual economia capitalista. Dispensar o planejamento socialista é abandonar uma importante ferramenta na organização da mudança social. Para reverter as vastas desigualdades, a concentração de propriedade, as alocações orçamentárias injustas, exige-se um plano global com uma autoridade democrática dotada de poder para implementá-lo. Assim como as empresas públicas e os conselhos de autogestão de produtores e consumidores, o planejamento central é o terceiro pilar para a transformação democrática.

Finalmente, o planejamento central não é incompatível com atividades produtivas e de serviços de propriedade local (restaurantes, cafés, oficinas de reparos, minifúndios familiares, etc.). Evidentemente, as autoridades públicas terão a direção integral da administração das macroestruturas da sociedade.

As decisões complexas e os fluxos de informações são muito mais fáceis de administrar, hoje, com os computadores de processamento de grande volume de informação. A fórmula representação democrática mais computadores, mais planejamento central, equaciona a eficiência e a produção e distribuição socialmente equitativa.

“O poder do Estado corrompe”: o poder local submete

Uma das principais críticas ao marxismo, entre os pós-marxistas, é a noção de que o poder estatal corrompe e que a luta para conquistá-lo é o pecado original. Eles argumentam que isto ocorre porque o Estado está tão distante dos cidadãos que as autoridades se tornam autônomas e arbitrárias, esquecendo-se dos objetivos originais e perseguindo seus próprios interesses. Não há dúvida de que, por toda a história, pessoas se apegaram ao poder, tornado-se tiranas. Mas também existem casos em que a emergência de indivíduos liderando movimentos sociais teve efeitos emancipadores. A abolição da escravidão, a derrubada da monarquia absolutista são dois exemplos. Assim, o “poder” do Estado tem um duplo significado, dependendo do contexto histórico. Igualmente os movimentos locais têm obtido sucesso na mobilização de comunidades e na melhoria das condições imediatas, em alguns casos, significativamente. Mas existem também os casos de decisões políticas e econômicas na esfera macro, terem minado esforços locais. Os atuais programas de ajustes estruturais em nível nacional e internacional têm gerado pobreza e desemprego, exaurindo os recursos locais, forçando as pessoas a migrarem ou se engajarem no crime. A dialética entre Estado e poder local opera no sentido de minar ou reforçar as iniciativas e

mudanças locais dependendo do poder de classe manifesta em ambos os níveis. Existem numerosos casos de governos municipais progressistas que foram minados porque o regime reacionário nacional cortou os financiamentos daqueles. Por outro lado, governos municipais progressistas representaram uma força muito positiva no auxílio a organizações locais e de vizinhanças, como foi o caso do prefeito de Montevideu, no Uruguai, ou o governo de esquerda em Porto Alegre, no Brasil.

Os pós-marxistas que contrapõem o “local” ao “poder estatal” não baseiam as discussões em experiências históricas. Pelo menos, não na América Latina. Esta antinomia é o resultado da tentativa de justificar o papel das ONGs como mediadoras entre as organizações locais e os doadores estrangeiros neoliberais (Banco Mundial, Europa, EUA) e o regime de livre mercado em nível local. Para “legitimar” o seu papel, os pós-marxistas profissionais das ONGs, como “agentes da democracia de base”, têm que deslocar a esquerda do nível do poder de Estado. No processo, eles complementam a atividade dos neoliberais por servir de elo entre as lutas e organizações locais e os movimentos políticos nacionais e internacionais. A ênfase sobre as “atividades locais” serve aos regimes neoliberais na justa medida em que ela permite aos apoiadores domésticos e estrangeiros dominar a economia e a política na esfera macro e canalizar a maioria dos recursos do Estado em benefício dos exportadores capitalistas e dos interesses financeiros.

Os pós-marxistas, como administradores das ONGs, tornaram-se hábeis em elaborar projetos e transmitir o novo jargão de “identidade” e “globalista” no interior dos movimentos populares. Seus pronunciamentos e escritos sobre cooperação internacional, auto-ajuda, microempresa, cria laços ideológicos com os neoliberais enquanto forja dependência dos doadores externos e da sua agenda sócio-econômica neoliberal. Não é surpresa, após uma década de atividade das ONGs, que os profissionais pós-marxistas tenham “despolitizado” e desradicalizado áreas inteiras da vida social: mulheres, vizinhança e organizações de jovens. Os casos do Peru e do Chile são clássicos: onde as ONGs se tornaram firmemente estabelecidas, os movimentos sociais radicais se retraíram.

As lutas locais sobre questões imediatas são o alimento e a substância que geram movimentos emergentes. A questão decisiva é sobre a sua direção e dinâmica: se eles levantam questões mais amplas do sistema social e as vinculam com outras forças locais para confrontar o Estado e seus apoiadores imperialistas, ou se eles se voltam para seu próprio interior, procurando doadores estrangeiros e fragmentando-se em uma série de reivindicadores por subsídios externos. A ideologia dos pós-marxistas promove a última alternativa, a dos marxistas a primeira.

As revoluções sempre acabam mal: o possibilismo do pós-marxismo

Há uma variante pessimista para os pós-marxistas, que fala menos dos fracassos da revolução que da impossibilidade do socialismo. Eles citam o declínio da esquerda revolucionária, o triunfo do capitalismo no Leste, a “crise do marxismo”, a falta de alternativas, o poder dos Estados Unidos, os golpes e a repressão pelos militares - todos esses argumentos são mobilizados para levar a esquerda a apoiar o “possibilismo”: a necessidade de atuar no interior de nichos do livre mercado imposto pelo Banco Mundial e a agenda de ajuste estrutural, e restringir a política aos parâmetros eleitorais impostos pelos militares. Isto é o chamado “pragmatismo” ou incrementalismo. Os pós-marxistas desempenharam o principal papel ideológico na promoção e defesa da assim chamada transição eleitoral dos governos militares, nos quais as mudanças sociais estavam subordinadas à reintrodução de um sistema eleitoral.

A maioria dos argumentos dos pós-marxistas apóia-se em estatística e observações seletivas da realidade contemporânea e está amarrada a conclusões predeterminadas. Uma vez decidido que as revoluções estão fora de moda, eles se voltam para as vitórias eleitorais neoliberais e não para os protestos de massa pós-eleitoral, as greves gerais que mobilizam um amplo número de pessoas em atividade extra-parlamentar. Eles olham para a derrocada do comunismo no final dos anos 80, e não para o reaparecimento dele em meados dos anos 90. Eles descrevem a conversão de militares a políticos eleitorais sem olhar para os desafios aos militares pela guerrilha Zapatista, as rebeliões urbanas em Caracas, as greves gerais na Bolívia. Em uma palavra, os possibilistas fecham os olhos para a dinâmica das lutas que começam nos níveis setoriais e locais no interior dos parâmetros eleitorais militares estabelecidos e, a partir de então, são impulsionadas acima e além daqueles limites pelos fracassos e pela impotência dos possibilistas eleitorais de satisfazerem as demandas e necessidades elementares das pessoas. Os possibilistas fracassaram em acabar com a impunidade dos militares, em pagar os salários atrasados dos servidores públicos (em províncias da Argentina), em acabar com a colheita destrutiva dos fazendeiros de cacau (na Bolívia), etc.

Os pós-marxistas possibilistas tornaram-se parte do problema em vez de parte da solução. Em uma década e meia de transições negociadas e em cada exemplo os pós-marxistas se adaptaram ao neoliberalismo e aprofundaram os programas de livre mercado. Os possibilistas são incapazes de se oporem efetivamente aos efeitos sociais negativos do livre mercado sobre o povo, mas são pressionados pelos neoliberais a impor novas e mais austeras medidas para assegurar a continuidade das políticas oficiais. Os pós-marxistas

transitaram, gradualmente, da crítica pragmática aos neoliberais à autopromoção como administradores honestos e eficientes do neoliberalismo, capazes de assegurar confiança aos investidores e pacificar a agitação social.

Neste ínterim, o pragmatismo dos pós-marxistas combinou-se ao extremismo dos neoliberais: a década de 90 tem testemunhado uma radicalização dos programas neoliberais, elaborados para prevenir as crises, entregando até mesmo investimentos mais lucrativos e oportunidades especulativas para bancos estrangeiros e multinacionais.

O petróleo no Brasil, na Argentina, no México, na Venezuela; por toda parte salários baixos, redução dos pagamentos da seguridade social, maior isenção de impostos e menos constrangimentos da legislação trabalhista passada, por toda parte. Os neoliberais estão criando uma estrutura de classes polarizadas, muito mais próxima do paradigma marxista de sociedade do que da visão pós-marxista. A estrutura de classe latino-americana contemporânea é mais rígida, mais determinística, mais vinculada às políticas de classes ou ao Estado, do que no passado. Nestas circunstâncias, as políticas revolucionárias são, de longe, mais relevantes do que os propósitos dos pós-marxistas.

A solidariedade de classe e a “solidariedade” dos doadores estrangeiros

A palavra “solidariedade” tem sido abusada ao ponto de, em muitos contextos, ter perdido o significado. O termo “solidariedade” para os pós-marxistas inclui ajuda estrangeira canalizada atribuída para qualquer grupo designado “empobrecido”. Um mero “estudo” ou “educação popular” sobre os pobres por estes profissionais é designado como “solidariedade”. De muitas maneiras, as estruturas hierárquicas e as formas de transmissão da “ajuda” e do “treinamento” se parece com a caridade do século XIX, e os promotores não são muito diferentes dos missionários cristãos.

Os pós-marxistas enfatizam a “auto-ajuda” em oposição ao “paternalismo e à dependência” do Estado. Nesta competição entre ONGs para cooptar as vítimas dos neoliberais, os pós-marxistas recebem importantes subsídios dos seus parceiros da Europa e dos Estados Unidos. A ideologia da auto-ajuda enfatiza a substituição dos servidores públicos por voluntários e altos profissionais transitórios contratados temporariamente. A filosofia básica da visão pós-marxista é transformar a “solidariedade” em colaboração e subordinação à macroeconomia do neoliberalismo, desviando-se a atenção dos recursos estatais das classes ricas para a *auto-exploração* dos pobres. O pobre não precisa ser transformado em virtuoso pelos pós-marxistas para que o Estado os obrigue a transformá-lo.

O conceito marxista de solidariedade, em contraste, enfatiza a solidariedade de classe e, no interior dela, a solidariedade dos grupos oprimidos (mulheres e grupos raciais) contra os seus exploradores domésticos e estrangeiros. O principal foco não é sobre as doações que dividem as classes e pacificam pequenos grupos por um período limitado de tempo. O foco do conceito marxista de solidariedade é sobre a ação comum dos mesmos membros das classes que partilham infortúnios econômicos comuns, lutando por melhorias coletivas.

Este conceito envolve intelectuais que se pronunciam e escrevem para os movimentos sociais em luta, comprometidos a partilhar as mesmas conseqüências políticas. O conceito de solidariedade está vinculado aos intelectuais “orgânicos”, que são basicamente parte do movimento - o recurso humano que propicia análise e educação para a luta de classe. Em contraste, os pós-marxistas estão embutidos num mundo de instituições, seminários acadêmicos, fundações estrangeiras, conferências e relatórios burocráticos internacionais. Eles escrevem num jargão esotérico pós-moderno entendido apenas por aqueles “iniciados” em cultos subjetivistas de identidades essencialistas. A visão marxista de solidariedade partilha os riscos dos movimentos, não como comentadores externos que tudo questionam e nada defendem. Para os pós-marxistas, a principal questão é a “obtenção” de financiamento estrangeiro para “projetos”. A principal questão, para os marxistas, é o processo de luta e educação política com vistas à melhoria social. O movimento era tudo, o objetivo era importante para o nascimento da consciência para a transformação societária: construir o poder político para transformar as condições gerais da grande maioria. Para os pós-marxistas, a “solidariedade” está divorciada do objetivo geral da libertação; ela é meramente uma maneira de reunir pessoas para assistir a um seminário de reciclagem profissional. Para os marxistas, a solidariedade da luta coletiva contém as sementes da futura sociedade coletivista democrática. Uma visão mais ampla, ou a ausência dela, é o que explica as diferentes concepções de solidariedade e seus distintos significados.

A luta de classes e a cooperação

Os pós-marxistas freqüentemente escrevem sobre “cooperação”, de próximos ou distantes, sem investigarem profundamente o preço e as condições para a obtenção da cooperação dos regimes neoliberais e dos fundos das agências de além-mar. A luta de classes é vista como um atavismo de um passado que não mais existe. Hoje, diz-se dos “pobres” que pretendem construir uma nova vida. Eles estão fartos da política, da ideologia e dos políticos tradicionais.

Até aí, tudo bem. O problema é que os pós-marxistas não são tão convincentes na descrição do seu papel como mediadores e corretores, carreando fundos de além-mar e compatibilizando-os com projetos aceitáveis aos doadores e aos destinatários locais. As fundações empresariais estão engajadas num novo tipo de política, similar à dos “gatos” de um passado não muito distante: recrutando mulheres para serem “treinadas”; estabelecendo *microempresas* subcontratadas pelos grandes produtores ou exportadores. A nova política dos pós-marxistas é essencialmente a política dos compradores: eles não produzem mercadorias nacionais, ao contrário, eles vinculam os financiadores estrangeiros à força de trabalho local (*microempresas* de auto-ajuda) para facilitar a continuação do regime neoliberal. Neste sentido, os pós-marxistas, em seu papel de administradores das ONGS, são fundamentalmente atores políticos cujos projetos, treinamentos e oficinas não produzem qualquer impacto econômico significativo sobre o PIB ou em termos de diminuição da pobreza. Mas a atividade deles produz sobre o povo um impacto desviante da luta de classes para formas de lutas inofensivas e ineficazes, de colaboração com os opressores.

A perspectiva marxista da luta de classes e de confrontação é construída sob as reais divisões sociais: entre aqueles que extraem lucros, interesses, aluguel e impostos regressivos; e aqueles que lutam para maximizar ganhos, gastos sociais e investimentos produtivos. Os resultados das perspectivas pós-marxistas são, hoje, evidentes por toda parte: a concentração de renda e o crescimento das desigualdades são maiores do que nunca, após uma década de pregação sobre cooperação, microempresas e auto-ajuda. Hoje, instituições financeiras como o (BID) Banco Interamericano de Desenvolvimento financiam a exportação do setor agroindustrial que explora e envenena milhões de trabalhadores rurais, enquanto, fornece fundos para financiar micro-projetos. O papel dos pós-marxistas nos micro-projetos é neutralizar a oposição política pela base, enquanto o neoliberalismo é promovido pelo alto. A ideologia da “cooperação” vincula os *pobres por intermédio dos pós-marxistas* aos neoliberais no seu ponto mais alto. Intelectualmente, os pós-marxistas são policiais que definem as *pesquisas aceitáveis*, distribuem recursos para pesquisas e filtram os tópicos que projetam a análise de classe e a perspectiva de luta. Os marxistas estão excluídos das conferências e estigmatizados como “ideólogos”, enquanto os pós-marxistas se apresentam como “cientistas sociais”. O controle da moda intelectual, das publicações e conferências e dos fundos de pesquisa propicia aos pós-marxistas uma importante base de poder - mas, em última instância dependem de evitar conflitos com seus patrões externos, financiadores.

Os intelectuais críticos marxistas têm seu poder no fato de que suas idéias repercutem na evolução da realidade social. A polarização de classes e as confrontações violentas são crescentes como suas teorias teriam previsto. É

neste sentido que os marxistas são taticamente fracos e estrategicamente fortes vis-à-vis os pós-marxistas.

O antiimperialismo está morto?

Nos anos recentes o antiimperialismo desapareceu do léxico dos pós-marxistas. As ex-guerrilhas da América Central converteram-se à política eleitoral, e os profissionais que administram as ONGs falam de cooperação e interdependência internacional. Entretanto, o pagamento da dívida continua a transferir enormes somas dos pobres da América Latina para os bancos europeus, japoneses e dos Estados Unidos. As propriedades públicas, bancos e, sobretudo, os recursos naturais estão sendo levados a preços pífios pelas multinacionais européias e dos Estados Unidos. Existem mais bilionários latino-americanos com a maior parte de seus fundos nos bancos europeus e dos EUA do que jamais existiu. Enquanto isso, províncias inteiras tornaram-se cemitérios industriais e parte do país está desabitada. Os Estados Unidos têm, mais do que em outra época da história, conselheiros militares, funcionários do departamento sobre drogas e polícia federal, dirigindo o “policiamento” latino-americano. Entretanto, ouvimos de alguns primeiros sandinistas e ex-farabundistas que o antiimperialismo/imperialismo desapareceu com o fim da guerra fria. O problema, ouvimos deles, não são os investimentos ou a ajuda estrangeira, mas a falta delas, e eles pedem por mais ajuda imperialista. A miopia política e econômica que acompanha esta perspectiva fracassa em entender que as condições políticas para empréstimos e investimentos é o barateamento da força de trabalho, a eliminação da legislação social e a transformação da América Latina em uma grande plantação, um grande campo de mineração, uma grande zona de livre comércio desprovida de direitos, soberania e riqueza.

A ênfase marxista no aprofundamento da exploração imperialista está enraizada nas relações sociais de produção e as relações estatais entre capitalismo imperialista e dependente. O colapso da URSS intensificou a exploração imperialista. Os pós-marxistas (ex-marxistas) que acreditam que o mundo unipolar resultará em maior “cooperação” equivocaram-se na leitura sobre a intervenção dos Estados Unidos no Panamá, Iraque, Somália e alhures. Mais fundamentalmente, a dinâmica do imperialismo está embutida na dinâmica interna do capital, não na competição externa com a URSS. A perda do mercado doméstico e do setor externo da América Latina significa um retorno à fase “pré-nacional”: as economias latinas começam a se parecer com seu passado “colonial”.

A luta contra o imperialismo, atualmente, envolve a reconstrução da nação, do mercado doméstico, da economia produtiva e de uma classe trabalhadora vinculada à produção e ao consumo social.

Duas perspectivas sobre a transformação social: organizações de classe e ONGs

Avançar a luta contra o imperialismo e seus neocompradores e colaboradores passa por um debate cultural e ideológico com os pós-marxistas no interior e na periferia dos movimentos populares. O neoliberalismo opera, atualmente, em duas frentes: a econômica e a político-cultural, e em dois níveis: o do regime e o das classes populares. Na cúpula, os programas neoliberais são formulados e implementados pelos atores usuais: o Banco Mundial, o FMI em atuação conjunta com Washington, Bonn, Tóquio e em associação com regimes neoliberais e exportadores domésticos, grandes conglomerados empresariais e banqueiros.

No início dos anos 80, os setores mais perspicazes das classes dominantes neoliberais perceberam que seus programas estavam polarizando a sociedade e provocando insatisfação social em larga escala. Os políticos neoliberais começaram a financiar e promover uma estratégia paralela “a partir de baixo”, a promoção de organizações “enraizadas na base” com uma ideologia “antiestatista” para intervir entre as classes potencialmente conflituosas, para criar um “pára-choque social”. Estas organizações eram financeiramente dependentes de fontes neoliberais e estavam diretamente envolvidas na competição com os movimentos político-sociais pela lealdade de líderes locais e ativistas comunitários. Já pelos anos 90, estas organizações descritas como “não-governamentais” contavam-se aos milhares e estavam recebendo cerca de 4 bilhões de dólares por todo o mundo.

A confusão relativa ao caráter político das ONGs vem da sua história inicial nos anos 70, durante os tempos das ditaduras. Nesse período, forneciam apoio ativo às vítimas das ditaduras militares e denunciavam as violações dos direitos humanos. As ONGs apoiaram as “cozinhas comunitárias” que permitiram às famílias vitimadas a sobreviver à primeira onda de tratamento de choque ministrado pelas ditaduras neoliberais. Este período criou uma imagem favorável das ONGs, mesmo entre a esquerda. Elas eram consideradas parte do “campo progressista”. Mesmo nesta ocasião, entretanto, os limites das ONGs estavam evidentes. Enquanto elas atacavam as violações dos direitos humanos das ditaduras locais, raramente denunciavam, seus padrões europeus ou dos Estados Unidos, que os financiavam e os aconselhavam. Nem houve um esforço sério para vincular os programas econômicos neoliberais e as violações dos direitos humanos ao novo retorno ao sistema imperialista. Obviamente, as fontes externas de financiamento limitavam a esfera de crítica e de ação em defesa dos direitos humanos.

Como a oposição ao neoliberalismo cresceu no início dos anos 80, os governos dos Estados Unidos e da Europa, e o Banco Mundial aumentaram os fundos destinados às ONGs. Há uma relação direta entre o crescimento do desafio dos movimentos sociais ao modelo neoliberal e os esforços para convertê-los à criação de formas de ação social por intermédio das ONGs. O ponto básico de convergência entre as ONGs e o Banco Mundial foi a oposição comum ao “estatismo”. Na aparência, as ONGs criticavam o Estado de uma perspectiva de “esquerda”, defendendo a sociedade civil enquanto a direita fazia em nome do mercado. Na realidade entretanto, o Banco Mundial, os regimes neoliberais e as fundações ocidentais cooptaram e encorajaram as ONGs a minar o Estado de bem-estar nacional, pelo fornecimento de serviços sociais para compensar as vítimas das corporações multinacionais. Em outras palavras, enquanto os regimes neoliberais, a partir de cima, devastavam as comunidades inundando o país com importados baratos, com o pagamento da dívida externa e com a revogação da legislação trabalhista, criando uma massa crescente de trabalhadores mal pagos e de desempregados, as ONGs eram financiadas para apresentar projetos de “auto-ajuda”, “educação popular”, treinamento para o trabalho, etc., para absorver temporariamente pequenos grupos de pobres para cooptar líderes locais e minar as lutas anti-sistema.

As ONGs tornaram-se a “face comunitária” do neoliberalismo, intimamente relacionadas com os de cima e complementando o trabalho destrutivo destes, com projetos locais. Com efeito, os neoliberais organizaram uma operação de “pinça” ou uma estratégia dupla. Infelizmente, muitos na esquerda se voltaram apenas para o “neoliberalismo” de cima e de fora (FMI, Banco Mundial), e não para o neoliberalismo dos de baixo (ONGs, Microempresas). A principal razão para esta inadvertência foi a conversão de muitos ex-marxistas à fórmula e à prática das ONGs. O pós-marxismo foi o ingresso ideológico da transição da política de classes para a de “desenvolvimento de comunidade”, do marxismo para as ONGs.

Enquanto os neoliberais estavam transferindo propriedades estatais lucrativas para os setores ricos privados, as ONGs não faziam parte da resistência sindical. Ao contrário, eles estavam ativos em projetos locais privados promovendo o discurso da empresa privada (auto-ajuda) nas comunidades locais por meio do enfoque às microempresas. As ONGs construíram a ponte ideológica entre os pequenos capitalistas e os monopólios que se beneficiam da privatização - tudo em nome do “antiestatismo” e da construção da sociedade civil. Enquanto os ricos acumulavam vastos impérios financeiros resultantes da privatização, os profissionais de classe média das ONGs obtinham pequenas somas para financiar oficinas, transportes e atividades econômicas de pequena escala. O ponto político importante é que as ONGs despolitizaram setores da

população, corroeram o compromisso deles com os servidores públicos e cooptaram potenciais líderes para pequenos projetos. As ONGs se abstêm das lutas dos professores do setor público enquanto os regimes neoliberais atacam a educação e os educadores públicos. Raramente, se alguma vez, as ONGs apoiaram as greves e os protestos contra os baixos salários e os cortes orçamentários. Posto que seu financiamento educacional vinha de governos neoliberais elas evitavam a solidariedade com os educadores públicos em luta. Na prática, “não governamental” traduz-se em atividades anti-gasto público, liberando a maior parte dos fundos para os neoliberais subsidiar os exportadores capitalistas, enquanto pequenas somas gotejam dos governos para as ONGs.

Na realidade, as organizações não-governamentais não são não-governamentais. Elas recebem fundos de governos externos ou trabalham como subcontratadas de governos locais. Frequentemente elas colaboram abertamente com agências governamentais internas ou externas. Esta “subcontratação” desarma os profissionais com contratos fixos substituindo-os por outros contingentes profissionais. As ONGs não conseguem fornecer os programas abrangentes de longo prazo que o Estado de bem-estar conseguia. Em vez disso, elas fornecem programas limitados a grupos restritos das comunidades. Os programas mais importantes delas não são controlados pelas pessoas do local, mas pelos doadores estrangeiros. Neste sentido, as ONGs minam a democracia tirando o controle dos programas das pessoas locais e daqueles por elas eleitos, criando dependência em relação aos não eleitos, de funcionários de além-mar e de seus ungidos locais.

As ONGs mudam a atenção e as lutas das pessoas, desviando-as do orçamento nacional para a auto-exploração para assegurar os serviços sociais locais. Isto permite aos neoliberais cortarem o orçamento social e transferir fundos estatais para subsidiar débitos de bancos privados, empréstimos a exportadores, etc. Auto-exploração (auto-ajuda) significa que, além de pagar impostos ao Estado e nada obter como retorno, o povo trabalhador tem de fazer horas extras com recursos marginais, gastar energias escassas para obter serviços que a burguesia recebe do Estado. Mais fundamentalmente, a ideologia de “atividade voluntária privada” das ONGs corrói o sentido de público: a idéia de que o governo tem uma obrigação de cuidar dos seus cidadãos e propiciar-lhes vida, liberdade e a procura da felicidade; de que a responsabilidade política do Estado é essencial para o bem estar dos cidadãos. Contra esta noção de responsabilidade pública, as ONGs criaram a idéia neoliberal de responsabilidade privada para com os problemas sociais e a importância dos recursos privados para solucioná-los. Com efeito, elas impõem um duplo fardo aos pobres; pagamento de impostos para financiar o Estado neoliberal para servir aos ricos; a auto-exploração para cuidar das suas próprias necessidades.

As ONGs e os movimentos político-sociais

As ONGs enfatizam projetos, não movimentos; elas “mobilizam” as pessoas para produzir marginalmente, não para controlar os meios básicos de produção e riqueza; elas se voltam para a assistência técnico-financeira aos projetos, não para as condições estruturais que moldam a vida cotidiana das pessoas. As ONGs cooptam a linguagem da esquerda: “poder popular”, “fortalecimento”, “igualdade de gênero”, “desenvolvimento sustentado”, “liderança de base”, etc. O problema é que esta linguagem está vinculada a um quadro e referência de colaboração com as agências governamentais e com os doadores que subordinam a atividade prática a políticas não confrontacionistas. A natureza local da atividade das ONGs significa que o “fortalecimento” nunca irá além de influenciar pequenas áreas da vida social, com recursos limitados no interior das condições permitidas pelo Estado e pela macroeconomia neoliberal.

As ONGs e seu *staff* de profissionais pós-marxistas competem diretamente com os movimentos político-sociais para influir entre os pobres, as mulheres, os racialmente excluídos, etc. A ideologia e a prática deles desviam a atenção das fontes e das soluções da pobreza (voltando o olhar para baixo e para o interior em vez de para cima e para o exterior). Pronunciar-se sobre microempresas em vez da exploração pelos bancos estrangeiros, como solução está baseado na noção de que o problema é mais de iniciativa individual do que de transferência de renda para o exterior. A ajuda das ONGs afeta pequenos setores da população, estabelecendo competição entre as comunidades por escassos recursos, gerando distinções insidiosas e rivalidades inter e intra-comunidades, corroendo, assim, a solidariedade de classe. O mesmo é verdadeiro entre os profissionais: cada um cria sua própria ONG e solicita fundos d'além-mar. Eles compelem pela apresentação de propostas o mais próximas do gosto dos doadores d'além-mar por baixos preços, enquanto reivindicam pronunciar-se em nome de maior número de seguidores. O efeito de rede é a proliferação das ONGs que fragmentam as comunidades em grupos setoriais e subsetoriais, incapazes de verem o quadro social maior que os aflige e, mesmo, os torna menos capazes de se unirem na luta contra o sistema. Experiências recentes também demonstram que os doadores estrangeiros financiam projetos durante as “crises” - desafios políticos e sociais ao *status quo*. Uma vez enquadrados os movimentos, os fundos das ONGs se deslocam, adequando seus projetos à agenda neoliberal. Desenvolvimento econômico compatível com o “livre mercado” mais do que com a organização social para a mudança social torna-se o item dominante na agenda de financiamento. A estrutura e a natureza das ONGs, com sua postura “apolítica” e seu enfoque sobre a auto-ajuda, despolitiza e desmobiliza os pobres. Elas reforçam os processos eleitorais

encorajados pelos partidos neoliberais e pela mídia. A educação política sobre a natureza do imperialismo, a base de classe do neoliberalismo, as lutas de classes entre os exportadores e os trabalhadores temporários são evitados. Em vez disso, as ONGs discutem os “excluídos”, os “sem-poder”, a “pobreza extrema”, a “discriminação de raça e de gênero”; sem se moverem para além dos sintomas superficiais, engajando-se no sistema social que produz essas condições. Ao incorporar o pobre à economia neoliberal por intermédio puramente da “ação privada voluntária”, as ONGs criam um mundo político no qual a aparência de solidariedade e de ação social dissimula uma conformidade conservadora com a estrutura de poder nacional e internacional.

Não é coincidência que as ONGs tenham se tomado dominantes em certas regiões, independente de que a ação política de classe tenha declinado e o neoliberalismo não contestado. A linha base é que o crescimento das ONGs coincide com o aumento dos fundos do neoliberalismo e o aprofundamento da pobreza por toda parte. Apesar de proclamarem muitos sucesso local, o poder global do neoliberalismo permanece não desafiado, e as ONGs procuram crescentemente por nichos nos interstícios do poder. O problema da formulação de alternativas tem sido atrapalhado de uma outra maneira. Muitos dos primeiros líderes de guerrilha e de movimentos sociais, sindicatos e organizações populares de mulheres foram cooptados pelas ONGs. A oferta é tentadora: melhores salários (ocasionalmente em moeda forte), prestígio e reconhecimento pelos doadores externos, conferências e redes de trabalhos externas, *staff* e relativa segurança contra a repressão. Em contraste, os movimentos sociais oferecem pouco benefício material, mas maior respeito e independência e, mais importante, liberdade para desafiar o sistema político e econômico. As ONGs e seus apoiadores d'além-mar (Banco Interamericano e Banco Mundial) editam publicações descrevendo histórias bem-sucedidas de microempresas e outros projetos de auto-ajuda - sem-mencionar as altas taxas de fracassos, como declínio do consumo, queda nos preços dos importados que inundam o mercado enquanto as taxas de juros aumentam - em espiral - como é o caso do México hoje.

Mesmo os “sucessos” afetam apenas uma pequena fração do total dos pobres e, são sucessos apenas na medida em que outros não conseguem entrar no mesmo mercado. O valor da propaganda da microempresa individual bem sucedida, entretanto, é importante para criar a ilusão de que o neoliberalismo é um fenômeno popular. As freqüentes explosões violentas de massa que ocorrem em regiões de promoção de microempresa sugerem que a ideologia não é hegemônica e as ONGs ainda não substituiu os movimentos independentes de classe.

Finalmente, as ONGs criam um novo tipo de colonialismo e dependência cultural e econômica. Os projetos são elaborados ou, no mínimo, aprovados

segundo as “linhas mestras” das prioridades dos centros imperialistas ou das suas instituições. Eles são ministrados e “soldados” às comunidades. As avaliações são feitas por e para as instituições imperialistas. Mudanças nas prioridades de financiamentos ou más avaliações resultam em descarte dos grupos, comunidades, agricultores ou cooperativas. Tudo e todos são, crescentemente, disciplinados para acatar as demandas dos doadores e seus avaliadores de projetos. Os novos vice-reis supervisionam e asseguram conformidade com os objetivos, valores e ideologias dos doadores, bem como o próprio uso dos fundos. Onde o “sucesso” ocorre ele é fortemente dependente de contínuo apoio externo. De outra maneira seria o fracasso.

Enquanto a massa das ONGs são crescentemente instrumentos do neoliberalismo, há uma pequena minoria que tenta desenvolver uma estratégia alternativa que apoie as políticas de classe e antiimperialista. Nenhuma delas recebe fundos do Banco Mundial ou de agências governamentais dos Estados Unidos ou da Europa. Elas apoiam esforços para vincular poder local às lutas pelo poder de Estado. Elas vinculam projetos locais a movimentos político-sociais de âmbito nacional, ocupando amplas terras estatais, defendem a propriedade pública e a nacional contra as multinacionais. Elas fornecem solidariedade política a movimentos sociais envolvidos em lutas para expropriar terras, apoiam as lutas das mulheres vinculadas à perspectiva de classes, reconhecem a importância da política no comando e definição das lutas locais e imediatas. Elas acreditam que as organizações locais devem lutar em nível nacional e que os líderes nacionais devem ser controlados pelos ativistas locais. Ou seja, não são pós-marxistas.